

INTRODUÇÃO

A organização das atividades sócio-econômicas obedecem movimentos determinados, que produzem, num primeiro plano, as condições estruturais da sociedade e economia nacional, e no plano supra-nacional, o movimento global do sistema econômico social do qual fazem parte. A esse dois níveis se associam às condições infra-estruturais e históricas de cada "porção" componente desse espaço nacional, que revertem em características peculiares e por sua vez específicas de uma dada dimensão desse conjunto nacional.

Essa organização é comandada, no interior do sistema econômico capitalista, por um processo de acumulação de capital, que engendra uma divisão de trabalho que se reflete no espaço como regionalização.

A ação do capital se dá em condições próprias, que correspondem a uma formação social-econômica e também a um território determinado. O controle sobre essa base física e social necessita da existência de um agente que elabore e componha os elementos jurídicos-políticos que façam funcionar o sistema, nesse ponto destaca-se o papel do Estado.

O nascimento do Estado, historicamente, é produto de uma dupla transformação: o aparecimento de um sobre-produto social permanente, que permite liberar uma parte da sociedade da obrigação de efetuar trabalho para assegurar a sua subsistência, parte esta que cria as condições materiais da sua especialização nas funções de acumulação e de administração; e uma transformação social e política que permite excluir os restantes membros da coletividade do exercício das funções políticas que eram anteriormente comuns a todos.

Estado, regionalização e o
1982
FI-06367



*Tema originalmente apresentado como "Estado e Regionalização" em prova de concurso a cargo de auxiliar de ensino no Depto. de Geografia da USP, no ano de 1980, em que obteve a aprovação.

**Geógrafo, graduado e pós-graduado pela Universidade de São Paulo.

O surgimento do Estado moderno, que se confunde com o próprio desenvolvimento do sistema capitalista, obedece a esse movimento só que com outra qualidade, a de assegurar a classe dominante, a detentora do capital, a posse do instrumental Jurídico-político que é composto por um aparelho: o Estado, que passa a ser um instrumento de pressão da classe dominante sobre os demais.

Dessa forma o Estado moderno passa a atuar como intermediário da acumulação entre o plano global (mundial) e o regional (espaço de seu território), articulando ou não os espaços internos da nação. Assumindo recentemente, não somente o papel de intermediário, mas também de agente de acumulação.

Assim, a regionalização, no sistema econômico-social capitalista, é comandada pelo processo de acumulação e articulada pelo Estado que representa os detentores do poder econômico e social, reproduzindo social e espacialmente o conflito de classes.

Entretanto, essa descrição é de características genéricas, pois existem condições próprias, historicamente determinadas, de cada Estado Nacional no interior da formação econômica-social capitalista, que se traduzem em particularidades que escapam às características globais. Para enfatizar essas particularidades, do tema de nossa preocupação, faz-se necessário conhecer a evolução e o papel do Estado brasileiro e a dimensão aqui designada de trópico semi-árido.

O ESTADO BRASILEIRO E O SISTEMA ECONÔMICO

Não é nossa preocupação nesse momento discutir a formação política do Estado brasileiro, mas apenas situá-lo no contexto global do sistema econômico capitalista, no qual ocupa uma posição na Divisão do trabalho. Desempenhando um papel de acordo com as condições de evolução do sistema e reproduzindo-as de acordo com as suas condições internas.

O desenvolvimento do Estado e sua relação com a sociedade e a economia brasileira, pode ser entendido, ao nosso ver, em dois momentos decisivos, antes e após 1930. Não que represente um limite rígido, mas apenas o marco de um processo de transformação que promoveu mudanças de qualidade no sistema econômico, social e político nacional.

Até 1930 a economia brasileira era marcadamente agro-exportadora, herdando estruturas do seu passado colonial, que a independência política não superou. Continuando como produtor de mercadorias para o mercado externo, o que permitia a acumulação de capitais em determinados níveis internos.

No conjunto o país apresentava uma desarticulação econômica, com economias e/ ou complexos econômicos regionais (mais ou menos organizados e complexos) ligados diretamente a mercados externos (a cana no Nordeste; o café no Sudeste; a agropecuária em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul a borrachã na Amazônia etc.). Sendo que a região ou economia regional podia confundir-se ou até definir-se a partir do quadro natural ou muito próximo deste, por exemplo: a zona da pecuária do sertão nordestino; a cana-de-açúcar na zona da Mata Úmida; o próprio café obedecendo até certo ponto os seus limites climáticos; a zona seringalista da Floresta Equatorial etc.

Essa desarticulação da economia correspondia no plano político-econômico a uma descentralização do poder de decisão a nível nacional, questão nitidamente marcada no que se chama de "política dos governadores" no período da República Velha, onde os Estados possuíam, por exemplo, autonomia para legislar sobre comércio exterior.

Após a década de 30 ocorrem mudanças significativas do sistema econômico-social no plano interno (e externo) que se traduz numa concentração do poder político-econômico. Inaugurando a intervenção do Estado sobre a economia, não mais apenas como intermediário e legislador, mas intervindo e planejando a economia. Fato evidenciado através de medidas que vieram a concretizar o poder político sobre o conjunto do território, tais como: a quebra das barreiras alfandegárias entre os Estados; a exclusividade do governo federal de legislar sobre comércio exterior; a criação de mecanismos centrais de política econômica para determinados produtos (Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA e o Instituto Nacional do Café - INC, depois do IBC); a legislação trabalhista etc.

Essa mudança de qualidade acompanha uma transformação global, onde outro fator fundamental é a mudança do eixo da economia (e da acumulação do capital) para o setor urbano industrial emergente, que irá propor uma "nova" divisão interna do trabalho com uma conseqüente redivisão regional. Onde economias de caráter anteriormente regional serão integradas e comandadas por um centro dinâmico, a região Sudeste que se industrializa.

A redefinição de atribuições não é apenas no plano regional, mas também setorial. O setor agrário que deixa de ser o centro do sistema econômico-social vê seu papel redefinido, passando a desempenhar uma função de complementaridade do setor industrial, produzindo alimentos para as populações urbanas crescentes e matérias primas industriais.

No interior dessa situação complexa de expansão do capitalismo urbano-industrial, aclara-se o papel de intermediação do Estado entre Capital e Trabalho, e o processo de intervenção lhe confere o status de agente de acumulação capitalista, já que é produto e representante da classe dominante, que por sua vez é a responsável pela acumulação no plano interno.

REGIONALIZAÇÃO E O TRÓPICO SEMI-ÁRIDO

A partir do momento que se dá a "unificação do mercado nacional", por um centro definido, as antigas economias regionais são paulatinamente destruídas e uma nova ordem e organização se implantam.

O chamado Trópico Semi-Árido que, foi ocupado em virtude da expansão da cultura canavieira da Zona da Mata Úmida (desde o período colonial), que necessitava de animais de transporte e tração para os engenhos. Seguindo os mesmos moldes da grande propriedade canavieira, apenas com algumas particularidades provenientes da atividade de pecuária extensiva.

Essa região serviu e serve como área que abrigou e abriga populações que se vêem alijadas do acesso as terras mais férteis da zona úmida da região Nordeste, que possui historicamente um alto grau de concentração da propriedade da terra.

O Sertão Semi-Árido desempenhava um papel de área de expansão e de fornecimento de contingentes populacionais para outras áreas e setores intra-regional. Com a centralização do sistema econômico e a ligação direta (meios de transportes e comunicações) dessa região com o centro do sistema, o excedente populacional que pressionava a região foi capturado pela expansão urbano industrial do Sudeste.

Esse processo torna-se cada vez mais complexo, incorporando novos mecanismos dependendo do estágio de industrialização. Essa "integração" das economias regionais vai gerar o aparecimento do que se convencionou chamar de "disparidades regionais".

Para superar o "descompasso" das áreas fora do centro dinâmico de acumulação, surge a política de planejamento regional (regionalização) que nada mais é do que a racionalização da reprodução ampliada do capital, que visa superar os desequilíbrios regionais, mas que na verdade não é outra coisa do que a redivisão regional do trabalho no Brasil.

Um exemplo cabal desse fato é a criação da pioneira Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, em 1959, com o apoio no congresso apenas dos parlamentares das bancadas do Centro-Sul, que ganharam a batalha com os políticos do Nordeste que eram totalmente contra a sua criação.

A própria fundamentação da ação da SUDENE indica a tendência de reprodução do sistema na região, quando essa propõe a industrialização como forma de acelerar o desenvolvimento regional. Industrialização concentrada na faixa litorânea próxima e/ ou nos centros urbanos regionais, e quase sempre assentada na implantação de técnicas e tecnologias sofisticadas, excludentes dos contingentes de Mão-de-Obra disponíveis, por esses não serem especializados.

O setor agrário é igualmente contemplado com a sofisticação tecnológica. Quando tentam resolver os problemas causados pelas secas periódicas introduzem na região Semi-Árida grandes projetos de irrigação e açudagem, que na maioria das vezes não atingem os pequenos produtores devido ao fato do desconhecimento quase que generalizado da realidade agroecológica do sertanejo.

E quando a intenção de superar as dificuldades e integrar a região no conjunto nacional "falham", a desculpa é baseada, como sempre, nas agruras das condições naturais desfavoráveis. Entretanto, esse argumento não é aceitável de todo, pelo simples fato de que regiões anteriormente tidas também como problemáticas foram integradas à economia nacional. Caso claro do Centro-Oeste, a chamada região dos Cerrados, que até a década de 70 estava relegada a um segundo plano, mas que conhece hoje uma ocupação efetiva.

O que existe num caso e noutro, no Centro-Oeste e no Semi-Árido, é que no primeiro as impropriedades agroecológicas foram superadas com o emprego maciço de capital e tecnologia, possível por ser essa área fracamente povoada e ocupada, desarticulada economicamente, o que permitiu sua ocupação num modelo econômico-social definido.

Enquanto que no Semi-Árido, a superação das condições ecológicas são obstaculizadas por estruturas sócio-econômicas sedimentadas em mais de duzentos anos de ocupação. E essa área para ter seus problemas resolvidos necessitava mais de uma re-organização social e econômica que solucionasse questões como o acesso a terra, legalização da propriedade da terra, acesso real a recursos financeiros etc., do que de tecnologia e capital pura e simplesmente.

Mas a reorganização nesses moldes não foi possível, porque essa área, assim como a região Nordeste como um todo, estava com seu papel definido na redivisão regional do trabalho. Funcionando como fornecedora de força de trabalho para outras áreas e setores em expansão, e como área reserva para expansão capitalista (mas no futuro).

Com a solidificação do sistema econômico, a fase seguinte descortina-se como o da homogeneização do espaço econômico brasileiro. A intervenção do Estado como planejador, através da política de planejamento regional, evidencia a sua fusão com o capital, conferindo-lhe papel de agente na superação da contradição entre a reprodução global do capital (no plano nacional) e as formas diferenciadas regionais.

A execução desse modelo esbarra numa contradição, ao mesmo tempo em que o Estado propõe o "desenvolvimento regional" através da integração, cada vez mais agrava as disparidades regionais, pois canaliza os recursos para o centro do sistema no momento da integração.

CONCLUSÃO

A regionalização transcende as características naturais. Não depende apenas da superação de condições adversas. Possui outra dimensão, a superação de uma problemática inserida num contexto mais amplo, onde o desenvolvimento de área e regiões do território nacional, depende de uma estrutura social, econômica e política, que obedece um modelo de desenvolvimento pré-determinado. Modelo este elaborado por um Estado que é produto e representante das classes dominantes, o que faz com que a regionalização (divisão social do trabalho) reflita no espaço o conflito de classes.

O Trópico Semi-Árido, como o restante do espaço nacional, só pode ser apreendido completamente nessa perspectiva, que procuramos esboçar aqui nas suas linhas gerais, correndo o risco de fazê-lo de forma imperfeita. A intenção foi a de debater a questão, que forma alguma é original.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

- 1- MANDEL, ERNEST - Introdução ao Marxismo. Porto Alegre, Editora Movimento, 1979. 125p.
- 2- OLIVEIRA, Francisco de- Elégia para uma re(li)gião. Sude ne, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes 3ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1981 132p. (Estudos sobre o Nordeste v. 1)
- 3- OLIVEIRA, Francisco de - A Economia Brasileira: crítica a razão dualista in Seleções CEBRAP Nº 1. São Paulo, 1975. p. 7-78
- 4- PRADO Jr. Caio - A Questão Agrária no Brasil. São Paulo Ed. Brasiliense, 1979. 188p.
- 5- SINGER, Paul - Economia Política da Urbanização. 2ª ed. São Paulo, Ed. Brasiliense/ CEBRAP, 1975. 152p.

Trabalho apresentado no I Simpósio Brasileiro do Trópico Semi-Árido, Olinda, PE, 1982.